

EDUCAÇÃO E O COMPROMISSO COM AS CLASSES POPULARES

Rui Martinho Rodrigues

1. INTRODUÇÃO

O problema da educação das classes populares, bem como o compromisso do educador com este problema, em decorrência das obrigações inerentes à cidadania é motivo de preocupação por parte de todos os que têm sensibilidade social e inquietação intelectual. Instados a nos pronunciar a respeito, fazêmo-lo agora, como em tantas outras oportunidades, esforçando-nos por ir além do chavão, ficando porém, na medida do possível, aquém do jargão acadêmico.

Nos limites de um artigo como este, cumpre-nos ponderar as possibilidades das nossas formulações, sem perder de vista as especificações que lhe são próprias, bem como os efeitos restritivos impostos à realidade pelos esquemas explicativos.

Certamente que pensar acerca da educação e do compromisso com as classes populares, exige uma reflexão relativa ao uso da categoria teórica "classe sócio-econômica" enquanto unidade fundamental de análise. As peculiaridades desta categoria, em termos de abrangência, seu potencial heurístico, sua demarcação em face a outras categorias pertinentes aos diversos agrupamentos constituintes da sociedade, devem ser examinadas.

As classes sociais se inserem num todo maior que é a sociedade, juntamente com as demais categorias que expressam grupos. Vai daí que a sociedade, como um todo, é assim objeto das cogitações relativas à educação e às classes sócio-econômicas.

Pensar a sociedade, e conseqüentemente a história, em termos globais, implica em considerar o fenômeno sociedade e dissociada de na perspectiva que lhe é própria. O que vale dizer: considerar conflito e consenso.

Por mais que queiramos limitar, num esforço de simplificação, as nossas reflexões, não podemos nos furtar às questões relativas à teoria do ser, do dever ser e da racionalidade com que articulamos as nossas cogitações. Explícita ou implicitamente as nossas formulações se inserem numa rede teórica e metateórica na qual estão presentes paradigmas de ordem ontológica e epistemológica. E a consistência das formulações depende da articulação coerente de todas estas coisas. Tal articulação se torna mais fácil quando os postulados referentes a todos os aspectos a que aludimos são explicitados.

Explicitando nossos pressupostos, definimo-nos por um paradigma epistemológico no qual as relações entre o sujeito e o objeto do conhecimento são reconhecidas como problemáticas, sendo o conhecimento uma construção do sujeito, não uma apreensão do objeto. Assim descartamos a prática como critério de verdade, até porque “não se pode dizer pura e simplesmente que a prática é critério de verdade, pois de uma mesma teoria são dedutíveis várias práticas, até mesmo contraditórias. Ligar o verdadeiro automaticamente ao prático e assumir acriticamente a variedade das práticas. (Demo, 1982, pág. 17).

Outro pressuposto epistemológico no qual fundamentamos nossas cogitações é o da multicausalidade, daí derivamos para a posição segundo a qual as explicações monocausais incorrem em reducionismo. Destarte os determinismos econômicos, sociais e históricos ou psicológicos incorrem, segundo a nossa visão, no mesmo tipo de viés: o monismo.

As cogitações epistemológicas induzem-nos, por sua vez, às considerações relativas à teoria do ser. Isto é: a análise de fenômenos sociais complexos como é o fenômeno educacional, torna imperativa a explicitação da ontologia e deontologia subjacentes à questão. Só assim teremos a oportunidade de articular, com coerência, uma formulação relativa à sociedade, educação e educando, explicitando com clareza a racionalidade e todo suporte teórico e metateórico de que nos valem ao erigirmos o citado constructo.

As limitações de tempo e de espaço próprias de um artigo como este, não permite, obviamente, uma apreciação minuciosa e articulada de um tão vasto leque de considerações. Por outro lado, o tema exige, se o quisermos tratar com um mínimo de seriedade, a ponderação de todos os aspectos a que aludimos, sob pena de escorregarmos para o simplismo, o qual, diferentemente da simplicidade, deforma e distorce. O dilema é cruel: encontramos-nos entre o reducionismo simplista e o esforço de uma análise abrangente de

difícil viabilidade nas circunstâncias de um pronunciamento como este.

Entre as duas alternativas escolhemos uma terceira. Isto é: impossibilitados de apresentar uma análise multicausal e recusando a alternativa reducionista, optamos por indicar os caminhos de uma análise mais ampla, limitando-nos a enumerar considerações de ordem metodológica, fática e valorativa necessárias ao empreendimento da análise sociológica. Cabe ao leitor articular por si, as peças do quebra-cabeça.

2. A EDUCAÇÃO E O COMPROMISSO COM AS CLASSES POPULARES

Ao nos depararmos com o tema “A Educação e o compromisso com as Classes Populares”, ocorrem-nos de imediato algumas questões: O que são classes sócio-econômicas? O que é sociedade ou como a concebemos? Há um projeto político ligado a esta questão? Qual o instrumento teórico necessário e disponível à análise do tema?

2.1. — Classe como unidade fundamental de análise

A reflexão relativa à educação e o compromisso com as classes populares, posta nestes termos, implica em utilizarmos a categoria teórica classe como unidade fundamental de análise. Oportuno se faz, por esta razão, repensarmos as possibilidades e limites do conceito classe, em termos de potencial heurístico.

Que fatores nos levam a eleger uma categoria teórica qualquer como unidade fundamental de análise? Deverá uma análise pertinente a uma questão desta ordem de complexidade, relacionada a uma tão ampla e variegada gama de fatores cuja articulação se complexifica pela superposição de uma dimensão sincrônica e uma dimensão diacrônica, ter uma unidade de análise fundamental? Haverá um fator fundamental em contraste com os demais fatores reduzidos à mera epifenomenalidade? Será a abrangência da categoria classe, adequada à natureza das diferentes questões pertinentes ao tema?

Começemos por demarcar nossa percepção de classes sociais, no contexto da sociedade. Para nós a sociedade compreende, sem embargo da diversidade histórica das diversas situações singulares, uma tríade necessária à tipificação da própria categoria conceitual sociedade, entendida como “pluralidade de povos e/ou grupos; projeto

de vida em comum; e, universalidade de fins" (Kujawski, 1976, pág. 27).

A sociedade, assim compreendida, se constitui pela incorporação de grupos diferenciados pela língua, por traços culturais dos mais diversos. *Pari passu* a esta incorporação de realidades diversas, também se verifica "um movimento diferenciador, estruturando diversos grupos de interesse, em certa medida conflitantes entre si. Nascem as classes e as lutas de classe; os grupos profissionais; os agrupamentos econômicos, artísticos, intelectuais, científicos, confeccionais. Sem a variedade de grupos e interesses não há sociedade." (Kujawski, 1976, p. 27). Seguindo o fio do pensamento de Kujawski, diríamos que o problema não está na diversidade, nem seria desejável a uniformidade, o problema está "... em criar condições para que todos os grupos sobrevivam, respeitando seu nexos de interdependência (...) todo reducionismo que não seja meramente metódico, atenta contra a variedade e a riqueza insuprimíveis do real". (Kujawski, 1976, pág. 27).

A diferenciação acima mencionada, originando grupos sociais distintos, enseja o fenômeno do particularismo, pelo qual cada grupo luta por seus interesses específicos. Mas não esqueçamos que sociedade é aquilo que incorpora realidades diversas, procedendo "à articulação de coletividades distintas numa unidade superior, guardando tais coletividades seus caracteres distintos essenciais" (Kujawski, 1976, pág. 26).

Por esta via chegamos a uma sociedade aberta, à diversidade, ao pluralismo. Não obstante, para que os diversos grupos integrantes do todo formem uma sociedade, necessário se faz que exista algo capaz de uni-los, razão pela qual a sociedade carece de um projeto político, necessita de fins comuns. "Não haveria sociedade, não existiria vida civil permanente e estável, se cada grupo não fosse compelido a sacrificar parcialmente seus interesses, em vista de um fim comum (...) quando a pretensão de vida em comum enfraquece, a coesão político-social também se relaxa, e as regiões, as raças, as classes, os grupos constituídos da sociedade já não se conformam em ser parte de um todo, a este movimento desintegrador dá-se o nome de particularismo." (Kujawski, 1976, pág. 32). A absolutização de qualquer particularismo, inclusive o de classe, é um gesto desintegrador.

Temos visto que a sociedade é um todo abrangente no qual confissões, raças, religiões, grupos étnicos, culturais, políticos, econômicos, etc., se encontram relacionados e interdependentes. Máxime em se tratando da sociedade brasileira, pois "poucos países juntaram,

como o Brasil, tijolos tão díspares em seu processo de constituição" (Ribeiro, 1978, p. 19). Tendo em vista estes aspectos, que possibilidades e limites nos oferece, enquanto unidade fundamental de análise, a categoria teórica e classe social?

Analisando os grupos constituintes da sociedade brasileira, bem como agrupamentos em cuja amplitude se insere a sociedade, Ribeiro enumera etnias; configurações histórico-culturais a qual denominou macro-etnia; além da categoria teórica civilização, a qual também utiliza como unidade de análise. Nenhuma destas categorias é fundamental para o citado autor, tampouco qualquer delas é desclassificada como pertinente a realidades epifenomenais. (Ribeiro, 1978, pp. 55-57).

Temos pois a possibilidade de recorrer, na análise dos fenômenos sociais, a categorias amplas, tal como o faz Ribeiro; podemos recorrer a níveis de análise em que as categorias são demarcadas por especificações como idade, sexo, confissão religiosa, regionalismos, grupos profissionais etc.; e podemos, alternativamente a essas reduções metodológicas, recorrer a uma análise multifatorial em que sejam ponderados todas estas variáveis. Porém estamos tratando de classes sociais. Qual a adequação desta última categoria na análise sociológica?

2.1.1 — A Abrangência das Categorias Conceituais e o Potencial Heurístico das Mesmas

As categorias são constructos teóricos cujo desenvolvimento está relacionado "aos diversos campos de constituição e validade, suas regras sucessivas de uso, aos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração (Foucault, 1986, pág. 5). E mais: ao emprendermos um esforço de avaliação relativo às possibilidades e limites de uma categoria conceitual, como ora o fazemos com as classes sociais enquanto unidade fundamental de análise, devemos lembrar que algumas palavras correspondem a "alforjes nos quais as épocas e as filosofias teriam acumulado as coisas mais heteróclitas, tornando-se um tal encruzamento de marcas que embaralha todas as pistas. Não acreditamos que as coisas estejam diante dos nossos olhos. É querendo chegar às coisas depressa demais, é empregando as palavras sem inventariar o seu sentido que corremos o risco de cometer alguns enganos desagradáveis. (Lebrun, 1981, pp. 8-9). Assim sendo, busquemos inventariar o sentido da expressão classes sociais, suas diferentes acepções, as especificações relativas à adequação do seu uso, bem como as categorias concei-

tuais complementares ou alternativas ao seu uso. Para tanto é imperativo buscarmos superar concepções teóricas prévias, perseguindo novos horizontes interpretativos. Desta forma não estaremos abandonando as contribuições dos clássicos. Antes estaremos ensinando o enriquecimento dos mesmos.

Efetivamente o pensar científico repousa sobre alguns postulados em cuja base existe algo de fé. A uniformidade dos fenômenos naturais (imaginem-se dos fenômenos sociais) de que tratam as leis e demais formulações científicas genéricas, é uma destas suposições e está no próprio fundamento de toda ciência. Ora, esta suposição repousa sobre uma boa dose de credulidade (Dallen, 1962, cap. III). Esta questão já foi objeto de inúmeros trabalhos de reflexão analítica, havendo incontáveis pronunciamentos de estudiosos que reiteraram, seguidas vezes, a necessidade de superação dos esquemas tradicionais, sem prejuízo do reconhecimento de talento e genialidade dos autores clássicos. Cardoso nega a procedência de explicações que reputa superficiais e apressadas, baseadas em teorias que reputa superadas ou não relacionadas com o objeto de análise, terminando por condenar o que chama de excessivo apego à categoria classe social (Cardoso, 1980, p. 25). Também Durham, ao analisar os movimentos sociais, fá-lo superando o uso de classe social como unidade fundamental de análise, (Durham, 1980, p. 26), até porque os grandes movimentos sociais deste século transcendem os limites das classes. Seja o movimento negro, de mulheres, de jovens, de homossexuais, de ambientalistas ou de pacifistas.

A amplitude da categoria conceitual classe social abriga diferentes realidades concretas, quer sejam elas inerentes às categorias acima referidas (cor, idade, sexo, comportamento); ou, para lembrarmos Darcy Ribeiro, etnia, macroetnia e civilização. Não devemos, pois, proceder como "os esgrimistas da luta de classe que esquecem as realidades concretas das relações antagônicas (...) se o patrão torce Flamengo e o companheiro de trabalho torce Fluminense, amigo é o patrão e inimigo é o companheiro" (Lima, 1980, pág. 4). Tudo porque os fenômenos sociais tendencialmente são irredutíveis às generalizações nomológicas, prestando-se antes às análises idiossincráticas. O cientista social não deve esquecer "um dado elementar: uma relação não é uma relação qualquer (...) toda ação, movimento (grupo de deslocamento de Foincaré), operação ou cooperação possui um grau mensurável (*sic*) de operacionalidade que leva a emergências energéticas qualitativamente diferentes" (Lima, 1980, p. 20). E prosseguindo: "... certas propostas idealistas (*sic*) de 'socialização' não são recusadas por razões ideológicas, como se supõe..." (Lima, 1980, pág. 20).

Prossigamos rastreando o fio do pensamento de Lauro de Oliveira Lima: "... Jean Piaget, ao procurar um equilíbrio entre o estruturalismo e o historicismo (não há estrutura sem gênese, nem gênese sem estrutura) (...) reintroduziu a noção de organização, mas com um detalhe muito importante: a organização é um processo evolutivo" (Lima, 1980, p. 21). Assim os constructos teóricos são abertos. Ora, um constructo teórico num momento histórico de transformações aceleradas, certamente perderá nitidez, tanto mais, quanto mais abrangente for. Ou se afastará da realidade se permanecer fechado, o que o tornará inoperacionalizável.

E qual é a abrangência do conceito de classe? A abrangência da categoria conceitual em epígrafe é suficientemente ampla para abrigar realidades heterogêneas. E é estreita demais para captar o sentido de realidades que lhe ultrapassam os limites — como aquelas que se tenta apreender com as categorias civilização, macroetnia, etnia etc. — ainda que estas realidades mais amplas constituam unidades homogêneas relativamente a alguns aspectos. Assim é que Mário de Andrade tentou construir no *Macunaíma*, não o representante de uma classe social, mas da brasilidade, condição que se impõe sobre os particularismos de classe. O *Caráter Nacional Brasileiro* de Dante Moreira Leite, por sua vez, não trata de especificidades particularistas de classe, mas dos traços constituintes da nacionalidade como um todo articulado a um nível superior ao particularismo aludido.

A abrangência das classes sociais ora é muito ampla, ora é muito específica, pois a pessoa tem muitas inserções sociais. "O Sr. José da Silva é brasileiro, branco, 58 anos, casado, com filhos, natural da Guanahara, contador, ex-combatente, torcedor do Vasco, membro de vários clubes etc. (...) cada uma destas características enquadra-o num dos grupos acima descritos" (Augras, 1980, p. 43). Podemos ver que a análise da realidade ora nos cobra a consideração de categorias mais específicas, ora nos exige a ponderação de categorias mais amplas.

Mas voltemos à questão: qual o potencial heurístico do constructo teórico classe social? Quais as suas possibilidades e limites?

Classes sociais se prestam, como instrumento de análise, à compreensão dos fenômenos pertinentes aos fatores segregados nas mesmas. Isto é: por intermédio das classes podemos compreender os fenômenos cujos condicionantes se distribuem homogêneamente dentro das classes e diferentemente de classe para classe. Mas que fenômenos são estes? Que condicionantes se distribuem segundo as classes? Serão eles de natureza étnica, confessional, sexual, política, cultural, econômica, ocupacional?

Dependendo do critério de demarcação das classes alguns destes fatores poderão se distribuir de acordo com as mesmas. Porém nenhum conceito de classe, em nenhum nível de análise, é capaz de agrupar todas as variáveis acima aludidas. Tampouco se pode dizer que alguns destes fatores seja suficiente, enquanto instrumento de análise, para o estudo e a compreensão de uma questão social da ordem de complexidade da educação.

Um dos pressupostos que habitualmente subjazem ao uso das classes como unidade fundamental de análise é o da importância fundamental das lutas de classe nos fenômenos histórico-sociais, baseando-se tal posição na importância das classes na determinação dos fenômenos relativos ao poder. O que vale dizer: à dominação, Ora, "se o homem comum nunca se defronta com o poder, mas sempre com os poderes encarnados numa multidão de chefetes espalhados pelo corpo social, de tal modo que se torna pedagogicamente inviável um confronto molar dos dominados com o poder. Tudo se reduz a uma escaramuça generalizada de pequenos atritos entre indivíduos isolados e pequenos chefetes através dos quais flui a dominação geral (...) a militância dos ativistas tem-se concentrado, no último século, precisamente nisso: levar o homem comum a atribuir seu sofrimento individual a categorias abstratas, cuja existência só os homens mais lúcidos percebem, se é que não são puras construções formais que nada tem a ver com o fenômeno vivencial..." (Lima, 1980, pág. 72).

A adoção das classes como unidade fundamental de análise está, pois, relacionada a adoção de um nível de abrangência e abstração que se deseja obter. E esse nível é escolhido segundo os objetivos que se deseja alcançar na análise. Esta escolha não pode ser universalizada. Nível e objetivos devem ser explicitados.

Ademais, o critério de demarcação subordina a abrangência e operacionalização do conceito.

Consideremos pois os problemas relativos à demarcação do conceito de classe.

2.1.2 — Problemas de Demarcação da Categoria Conceitual Classe Social

Que atributos demarcam ou tipificam uma classe social?

A definição dos atributos demarcadores do conceito de classe depende do nível de análise em que este conceito for empregado; e, da rede teórica em que o mesmo se insere. Não é apenas um con-

ceito bem demarcado para qualquer situação. Vejamos pois as suas muitas significações.

A palavra classe "... tem sido usada, de modo vago, algumas vezes para indicar todos os indivíduos (ou famílias) que possuem, dentro da estrutura de uma sociedade, ou comunidade, a mesma quantidade relativa de poder, renda, riqueza, prestígio, ou combinação destes elementos vagamente formulada. Mais estritamente, entretanto, classe indica indivíduos que possuem uma mesma posição ao longo de um *continuum* de economia. Embora tenha sido este, algumas vezes, um *continuum* de ocupações, no uso marxista mais estrito a palavra denota formas básicas de relação com os meios de produção..." (*Dicionário de Ciências Sociais*, 1986, vág. 195). Assim podemos enumerar critérios de demarcação de classe relativos à riqueza, renda, ocupação e relação com os meios de produção, sendo que este último critério, dependendo do nível de análise, pode originar diferentes conceitos de classe.

São muitos os critérios possíveis de demarcação de classes. E para agravar o problema de precisão conceptual necessária à clareza e à operacionalização, os critérios muitas vezes postos nos enunciados, deixam transparecer uma certa vagueza.

Os problemas de demarcação das classes sociais se somam à questão da rede teórica em que se insere o conceito em apreço, para compor uma resposta articulada e coerente ao desafio que é a operacionalização judiciosa deste mesmo conceito. Integrando esta rede teórica e o universo de percepções em que se inserem os conceitos de classe, destaca-se a sociedade em cujo seio demarcam-se as classes. Como a concebemos? Que espécie de análise desejamos empreender relativamente à sociedade? Estas questões se impõem àqueles que empreendem à escolha e demarcação de um conceito de classe. A este respeito nos parece oportuno salientar que se por um lado "a sociedade de classes (...) se revela muito mais ao nível das relações e estruturas de apropriação econômica e dominação política devido à acentuada secularização da cultura e do comportamento, produzida no âmbito da revolução industrial e urbana (...) as categorias sócio-culturais (religião, raça, cor, ocupação, tradição, hereditariedade, linguagem etc.) são colocadas em segundo plano. E adquire proeminência a propriedade e o mercado como princípios fundamentais de classificação e mobilidade sociais. É óbvio que a proeminência do econômico no pensamento e na ação do homem não significa que se destruam os outros princípios". (Jani, 1978, pág. 12). Por outro lado, "... podemos verificar como estas categorias (religião, raça, cor, ocupação, tradição etc.) conti-

nuaram a vigorar nas relações que caracterizam inclusive as sociedades capitalistas mais desenvolvidas. Nos Estados Unidos, por exemplo, (...) tanto religião como raça continuam a ser elementos ideológicos e práticos de classificação e mobilidade sociais” (Iani, 1978, pág. 12).

Evidencia-se pois que, além de riqueza, renda, ocupação, relação com os meios de produção, também fatores típicos de sociedade de casta ou de sociedades estamentais estão presentes até nas mais sofisticadas sociedades de classes, como é o caso de raça e de religião na sociedade americana. Vimos ainda que além das estruturas de apropriação econômica a dominação política também é fator relevante na demarcação das classes, o que enseja o aparecimento de uma nova classe de dominadores baseada no poder político (Dijlas, s/d).

Ademais a complexificação do processo produtivo e das relações de produção engendram uma crescente heterogeneidade entre os que participam da produção, seja produzindo, seja organizando a produção, o que vale dizer, produzindo indiretamente. Diferentes níveis de qualificação profissional, diferentes níveis de renda com conseqüente desigualdade nas condições materiais de vida, diferentes formas de consciência política — até porque a consciência não poderia ser indiferente às desigualdades impostas à vivência pelas diferentes condições materiais de vida — juntamente com diferentes interesses corporativos, já que categorias fortes — como é o caso dos metalúrgicos — não operacionalizam uma prática política coordenada com categorias díspares e fracas — como é o caso dos empregados domésticos — senão em questões muito gerais, as quais só são postas em situações muito especiais.

Será operacionalizável um conceito de classe em cujo interior se encontrem grupos tão heterogêneos?

Indubitavelmente classes não são realidades, mas formulações teóricas. Nem são continuidades, mas recortes do real, elaborados por estudiosos, cuja continuidade dos traços comuns aos seus integrantes se limita aos traços escolhidos por quem elaborou a dita formulação, comportando afora estes traços, outras características descontínuas em seu próprio interior. Ou seja: comportando heterogeneidades pertinentes a fatores excluídos dos critérios de demarcação adotados. Vai daí que os critérios de demarcação se subordinam aos objetivos da análise pretendida. Isto é, para demarcar um conceito de classe é preciso ter em vista os fins pretendidos. Só assim é possível distinguir critérios em face da análise pretendida. Classes se afiguram a quase grupos, ainda que potencialmente

capazes de se estruturar e reagir a conjunturas históricas específicas.

A menção às classes trabalhadoras se torna crescentemente problemática, à medida em que o reconhecimento de um tal segmento social implica no reconhecimento da existência de um outro segmento, excluído desta condição. Isto é, implica na demarcação, por exclusão, do segmento social dos não-trabalhadores qual seja a classe ociosa. A demarcação de uma classe ociosa envolve propriedade, pecúnia, consumo conspícuo e ócio aparente. (Veblen, in *Dicionário de C. Sociais*, FGC, 1986, pág. 194).

Examinemos os problemas pertinentes à operacionalização de cada um destes critérios.

A propriedade como fator de demarcação de classe requer a ponderação do seu aspecto quantitativo, pois a propriedade de um lote não pode ser colocada nos mesmos termos em que a propriedade de um latifúndio; nem uma metalúrgica de fundo de quintal pode ser enquadrada na mesma classe em que se enquadra uma grande aciaria. E mais: existem, além das diferenças quantitativas da propriedade, diferenças de ordem qualitativa. Duas grandes propriedades podem ter interesses muito distintos, tal como acontece quando são postas lado a lado uma empresa industrial moderna e um latifúndio obsoleto. Uma evidência desta distinção está na existência de diferentes “lobbies” de pressão, de defesa de interesses, não sendo raro o choque entre os “lobbies” de diferentes setores de propriedade. A própria bandeira da reforma agrária, empunhada por setores modernos do empresariado, é um atestado de conflito de interesses entre os grupos acima citados com exemplo de disjunção entre proprietários. Vale ressaltar que a reforma agrária não é empunhada pelos setores modernos do empresariado apenas formalmente. Os exemplos da Coréia do Sul e de Formosa, que levaram a termo este tipo de reforma, são atestados eloquentes da seriedade destas bandeiras e da falência dos esquemas prévios abrangentes de explicação sociológica.

Por outro lado, os não-proprietários também apresentam entre si desigualdades abissais. Basta que pensemos acerca das desigualdades existentes entre a empregada doméstica e a sua patroa, mesmo quando esta patroa é assalariada, principalmente se bem assalariada, para compreendermos os limites relativos à efetividade operativa de uma classificação demarcada pelo critério de propriedade.

A pecúnia certamente que é um critério igualmente problemático. Senão vejamos: industriais, comerciantes, artistas, desportis-

tas, técnicos de alto nível, gerentes etc., todos podem ser encontrados no mais alto nível de renda. Haverá unidade política, ideológica ou comportamental entre eles? Certamente que não.

O consumo conspícuo está tão intimamente ligado à pecúnia que podemos nos permitir anexar a avaliação de um fator à avaliação do outro. Este aspecto fica assim avaliado em suas possibilidades enquanto fator de compreensão da estratificação social, com as mesmas considerações relativas à pecúnia.

O ócio aparente é um critério cada vez mais difícil de se situar relativamente a uma classe, pois alguns capitães de indústria trabalham até doze ou mais horas por dia; alguns pequenos funcionários públicos são ostensivamente ociosos; o subemprego se superpõe à ociosidade; fatores culturais problematizam a própria definição de ócio aparente. Afinal a mulher doméstica, que não recebe remuneração, mesmo trabalhando como um mouro, não figura por meio do seu trabalho na composição do PIB, nem na população economicamente ativa, o que nos coloca diante da necessidade de inventariar os sentidos que a palavra trabalho pode traduzir.

Ao mencionarmos a palavra trabalho nos referimos a uma "ação humana em que há dispêndio de energia, dirigida para um fim determinado e conscientemente desejado, executada mediante uma participação de energia física e de inteligência, acompanhada geralmente de um auxílio instrumental e que de algum modo produz efeitos sobre o agente. A pretensão de uma certa utilidade e de uma relação progressiva de domínio da natureza..." (*Dicionário de C. Sociais* da FGV, 1986, pág. 1249).

Assim sendo não é fácil distinguir classe trabalhadora de classe ociosa, posto que, dispêndio de energia com fins conscientemente determinados, envolvendo algum grau de utilitarismo e relação de domínio crescente com a natureza, é uma descrição perfeitamente compatível com a atividade ocupacional de proprietários, desportistas, artistas, técnicos e gerentes de alta renda, todos dados ao consumo conspícuo, de alta renda, com ou sem propriedade dos meios de produção.

Verifica-se pois que classe social é um constructo teórico de difícil operacionalização. Não obstante, devemos reconhecer que, na dependência dos fins que se tem em mente, do nível de análise pretendido, todas as categorias teóricas têm viabilidade operacional, razão pela qual nos pronunciamos pela subordinação dos critérios de demarcação ao nível de análise, aos objetivos pretendidos e à

rede teórica em que o conceito se insere. Isto implica em reconhecer a necessidade de explicitar estas coisas.

Quando se menciona a luta de classes como algo permanente na história (uma invariante, nos moldes estruturalistas), certamente que não estamos diante de uma formulação capaz de distinguir classes de castas ou de estamentos. Isto é, o sentido atribuído às classes na formulação aludida não é o mesmo referente aos agrupamentos específicos, próprios das sociedades modernas cuja configuração guarda estreita relação com o advento da revolução industrial e urbana, pois tal realidade é relativamente recente na história.

Há formulações conceituadas nas quais a demarcação das classes deixa de ter por critério (de demarcação) a propriedade, a renda, o consumo conspícuo, e a ociosidade em oposição ao trabalho, para ser delimitada pela consciência, a ideologia. Gurvitch, *in* Santos, pág. 10-11). Diferentes formulações do conceito de classe podem conviver num mesmo discurso. Neste caso podemos estar diante de uma polissemia incompatível com a univocidade conceitual necessária à clareza. Ou pode ser que estejamos diante de sentidos diferentes, porém, específicos e adequados a níveis de análise também diferentes.

Haveria maior clareza se os diferentes níveis de análise, com os seus diferentes agrupamentos sociais, fossem designados por diferentes termos, a bem da univocidade conceitual tão necessária à clareza. Não obstante, para não incorrerem em rigor excessivo, aceitemos o uso do mesmo termo para expressar diferentes formulações, desde que, em níveis de análise também diferentes. Mas, por mais permissivos que queiramos ser, não podemos proceder ao menor esforço de compreensão da realidade social se as unidades conceituais das nossas análises forem inconsistentes e inconstantes. Caso estas reflexões delatem algum academicismo intelectualista ou formalista, então só nos resta cultivar estas coisas, pois sem um mínimo de precisão conceitual até os códigos de linguagem se inviabilizam, ensejando o advento do fenômeno Torre-de-Babel, o caos cognitivo, o paraíso dos sofistas, da leviandade política e intelectual, a consagração das verdades reveladas, uma vez que destituídas de consistência em suas formulações.

São razões desta ordem que nos levam a inventariar o sentido das palavras, a cobrar a explicitação dos níveis de análise correspondente ao sentido dado ao conceito, e as possibilidades operacionais que se tem em vista, isto é: o objetivo da análise.

Outra diversidade semântica relativa aos diferentes usos que se faz do termo classe, se manifesta nos diferentes esquemas dico-

tômicos, tais como: a) explorados e exploradores, b) trabalhadores e não-trabalhadores, c) assalariados e capitalistas. No primeiro caso temos um enfoque valorativo com evidente conotação política; no segundo o enfoque é ocupacional; no terceiro é econômico.

Há também o esquema tricotômico de divisão funcional da renda, para dividir as classes em assalariados, capitalistas e arrendadores de terra. Há um outro esquema tripartite em que se distingue capitalistas, assalariados e pequena burguesia, entendendo-se esta última como um ajuntamento mal definido e heterogêneo de trabalhadores detentores de seus próprios meios de produção, não assalariado e outros. (Ossowsky, *in* Santos, 1983, pp. 12 e 13).

Encontramos formulações conceituais de classe baseadas em esquemas funcionais nos quais a fonte de renda é o critério de demarcação. Assim é que encontramos descrições relativas a luta entre aristocracia financeira e burguesia industrial "a burguesia industrial propriamente dita constituía uma parte da oposição oficial (...) sua oposição manifestava-se tanto mais decididamente quanto mais se acentuava e desenvolvia a dominação exclusiva da aristocracia financeira. Tanto a pequena burguesia como a classe camponesa estavam excluídas do poder. Era na oposição oficial ou inteiramente fora do país legal que se encontravam os representantes e os porta-vozes ideológicos das classes mencionadas..." (Marx, 1984, pp. 37-38).

Pode-se observar que por classe, no excerto acima são designados agrupamentos funcionais constituídos pela fonte de renda: capital industrial, capital financeiro. Ora, seguindo-se este critério, indubitavelmente, teremos, não um esquema dicotômico ou tricotômico, mas uma ampla e diversificada pluralidade de classes.

Não negamos a possibilidade de uma adoção articulada de diferentes esquemas. O que propomos é a explicitação do nível de análise, da operacionalização que se tem em mente e da demarcação conceitual adotada em cada um dos esquemas alternativos.

Considerando um nível de especificidade de análise "o conceito de classe surge teoricamente (...) é o elo que constitui um determinado modo de produção de forma socialmente específica" (Santos, 1983, p. 15). Temos aí uma proposta explicitamente voltada para a análise singular de uma dada formulação histórica. A este nível interessaria analisar, digamos, a sociedade brasileira hoje, não uma sociedade capitalista enquanto formulação genérica. Esta última alternativa comporta abordagens dicotômicas ou tricotômicas. A primeira exige, por necessidade de compreensão das singularidades específicas, a adoção dos esquemas múltiplos baseados nos constructos funcionais ligados à fonte de renda e à ocupação.

Condições de vida, cultura (ou ideologia), interesses, também são marcos com os quais a categoria conceitual classe pode ser delimitada, conforme o excerto que se segue: "na medida que milhões de famílias vivem em condições que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe." (Marx, 1984, pág. 126).

O problema de demarcação das classes sociais em si já é complexo, mesmo quando relativamente a um nível de análise específico e relativamente a uma formação histórico-social. Ocorre que as classes formam entre si alianças, constituindo unidades políticas as quais ainda que instáveis, atuam com eficácia na definição da correlação de forças de um dado momento histórico, definindo os rumos dos acontecimentos. O excerto que se segue elucida com clareza meridiana esta faceta do problema das formulações teóricas relativas à estratificação social: "A burguesia industrial via os seus interesses em perigo; a pequena burguesia estava moralmente indignada; a fantasia popular estava revoltada; Paris estava inundada de folhetos (...) nos quais, com mais ou menos espírito, se denunciava e estigmatizava o domínio da aristocracia financeira" (Marx, 1984, pág. 41).

Dentre as várias alternativas possíveis de demarcação do conceito de classe, a mais operacional — e também a mais heterodoxa — é aquela que se fixa única e exclusivamente no critério de renda. Por esta via as condições materiais de vida podem ser mais ou menos aquilatadas, já que os diversos itens constituintes das condições materiais da existência, nas sociedades de economia monetária, são adquiridos a dinheiro. Inclusive educação, saúde e outros bens intangíveis. Assim é que são demarcadas, em algumas pesquisas menos preocupadas com a ortodoxia teórico-sociológica, cinco agrupamentos denominados classe de renda, que são tomados como classes, em geral designadas A, B, C, D e E.

A opção pela alternativa acima descrita implica na redução metódica de todas as demais variáveis independentes em relação à renda, o que define a sua especificidade operacional. Ademais, sem embargo do seu caráter heterodoxo, pode vir a ser um instrumento de análise eficaz, mormente quando em associação a outras categorizações teóricas. No que diz respeito ao heterodoxismo teórico desta demarcação de classe, obviamente reduzida à simples condição de camada, com todas as limitações daí decorrentes, a opção conceitual em apreço encontra na literatura sociológica (Souto, 1985, Cap. IX) quem lhe dê abrigo.

Enumeramos diferentes formações do conceito de classe, cada uma delas pertinentes a um nível de análise. Cada uma delas exige complementações e especificações sem as quais perderiam efetividade analítica.

Sem embargo das nossas reservas quanto ao uso da categoria conceitual classe como unidade fundamental de análise, não é nosso propósito rechaçar tal uso, até porque se trata de um procedimento largamente empregado em sociologia. A larga aceitação, porém, não elide a necessidade — para que se evite o caos cognitivo, o fenômeno Torre-de-Babel — de um esforço de explicitação do nível de análise e dos critérios de demarcação adotados na formulação do conceito. Esta é a nossa recomendação aos que manifestaram interesse em conhecer o nosso pensamento a respeito do tema em pauta.

2.1.3 — Possibilidades e Limites da Categoria Conceitual Classe

É óbvio que uma categoria conceitual possibilita a análise das variáveis contidas nos seus limites. Não nos parece plausível, porém, a tentativa de análise de fatores que transcendem a um conceito, fazendo deste mesmo conceito o fundamento teórico da citada análise. Tampouco nos parece plausível que se fundamente uma análise num conceito cuja demarcação negligenciamos ou modificamos sem que fiquem bem claras as razões da mudança.

Consideramos ainda que “quanto maior a extensão de um conceito, menor sua compreensão. E, inversamente, quanto maior a compreensão, menor a extensão do conceito” (Contrim, 1986, pág. 28), razão pela qual é pobre o potencial heurístico e estreitas as possibilidades de operacionalização do conceito de classe quando tomado no sentido mais amplo, qual seja, no sentido da classificação que dicotomiza a sociedade em dois pólos supostamente homogêneos, coesos e solidários no interior dos seus próprios limites. Muito embora exista, a nível de abstração e generalização mais ampla, espaço para o uso plausível deste critério de classificação. Porém, a exigüidade operacional dos níveis mais extensos de formulação dos conceitos implica em um nível de maior abstração de análise, o que vale dizer, maior distanciamento entre o constructo teórico e o objeto estudado, que por sua vez implica em menores possibilidades operacionais.

As considerações acima não pretendem desclassificar como inúteis ou invariáveis as análises baseadas nas formulações dicotômicas do conceito de classe. Significam, porém, que as citadas análises

serão mais consistentes quando o conceito usado como fundamental for nitidamente demarcado; quando esta demarcação for pertinente às variáveis envolvidas no fenômeno analisado; quando a redução a estas variáveis não implicar no abandono de outras variáveis relevantes.

Os conceitos dicotômicos de classe certamente que se prestam à análise comparativa dos modos de produção. Isto é: com este instrumento poderemos (re)descobrir as mazelas do capitalismo enquanto formulação genérica. Não teremos, porém, se não recorrermos a outros instrumentos teóricos, meios efetivos para analisarmos as especificidades das muitas e diferenciadas formações histórico-sociais do capitalismo, inclusive as peculiaridades brasileiras e nordestinas atuais.

Conclui-se, destarte, que os níveis mais gerais de análise têm plausibilidade e consistência. Sobretudo quando é observado um mínimo de rigor. Isto é: quando é análise ao invés de chavão, quando não descamba, como na ficção de Orwel, para o mero balido de inocentes ovelhinhas, repetindo incansavelmente: “quatro pernas bom, duas pernas ruim” (Orwel, 1987).

Os limites da efetividade deste tipo de análise são estreitos. As “classes médias”; as alianças entre classes; os antagonismos internos das classes enquanto formulação dicotômica, tudo isso se perde neste nível de análise.

Pior do que perder os aspectos acima enumerados, na análise baseada na concepção dicotômica da sociedade, seria se incorresse-mos no equívoco de supor que este ou qualquer outro constructo teórico é uma realidade objetiva, expresso na ingênua concepção de categoria concreta. O excerto que se segue é claro a este respeito: “É evidente que os esquerdistas da Alemanha consideram seu desejo, suas concepções político-ideológica, uma realidade objetiva. Este é o mais perigoso dos erros para os revolucionários” (Lênin, 1981, pág. 61).

A redução dicotômica se transforma em reducionismo quando dificulta, qual antolhos, a percepção de numerosa e complexa rede de agrupamentos sociais, os quais ensejam proveitosas alianças. A rígida concepção dicotômica, supondo a sociedade dividida em dois pólos nitidamente diferenciados, antagonicos e inconciliáveis, perde estas oportunidades. A este respeito vale lembrar um velho mestre revolucionário: “. . . toda história do bolchevismo, antes e depois da revolução de outubro, está cheia de casos de manobra, de acordos e compromissos com outros partidos, inclusive os partidos burgueses” (Lênin, 1981, pág. 77).

O que não se pode ignorar é que a capacidade de compreensão da realidade social é alargada quando se operacionalizam tantas unidades de análises quantas sejam pertinentes aos múltiplos agrupamentos constituintes da rica e diversificada realidade social. Agrupamentos relativos à idade ajudam a compreender fenômenos sociais de indiscutível relevância, como o movimento jovem; agrupamentos de cor ajudam a compreender o movimento negro; agrupamentos confessionais ajudam a explicar a revolução islâmica, a luta na Irlanda, as tensões na Polônia; a unidade de análise nação, ajuda a compreender os mesmos episódios históricos enumerados acima como relacionados aos agrupamentos confessionais, e além destes o separatismo basco, de Quebec, da Eritrêia e a questão da Palestina; o sexo não pode ser excluído da análise do movimento de mulheres; os sistemas econômicos, os valores e outros fatores são necessários à compreensão dos movimentos pacifistas e antinucleares, ou a compreensão do movimento ambientalista etc.

Os limites de qualquer conceito são estabelecidos pela pertinência das variáveis relativas ao objeto estudado e que escapam ao dito conceito. Logo, toda variável que transcenda um conceito de classe estabelecido a um nível qualquer de abrangência, representa um limite intransponível à operacionalização do aludido conceito, no mesmo nível e sem o auxílio de outros recursos teóricos complementares.

2.2 — Reflexão Crítica

Cumpramos refletir acerca das considerações relativas ao uso de classe social como unidade fundamental de análise do problema educacional.

Suspeitamos, em primeiro lugar, que a preocupação maior que acomete aos que se esforçam por entender a educação ou outra questão de interesse social, é o problema das desigualdades. E é certo que as desigualdades se manifestam nas distinções de classe — qualquer que seja a formulação deste conceito — bem como as distinções relativas às categorizações tais como nação, etnia, macroetnia, sexo, idade, civilização, ou especificidades regionais, comunidade, etc.

As desigualdades não se restringem, porém, a quaisquer destas classificações. Considerar como fundamental somente as desigualdades decorrentes de uma só destas categorizações seria um reducionismo brutal, pois não se poderia considerar como epifenomenais as realidades pertinentes às demais desigualdades.

A única forma de se proceder a uma abordagem não reducionista fazendo uso de uma só categoria conceitual é pela via da mais abrangente das categorizações, a qual, de tão abrangente, deixa de ser uma categoria, para ser o próprio universo das nossas cogitações: a condição humana. Só assim poderemos estabelecer paradigmas universais que constituem o próprio fundamento para o questionamento das desigualdades. Afinal se não tivermos em mente os direitos das pessoas, que fundamento teremos para as reivindicações particularistas, quer sejam elas de classe, região, idade, sexo, cor, nação, categoria ocupacional ou outra qualquer?

As reivindicações relativas a uma destas categorizações, quando desgarradas das formulações mais amplas, relativas à pessoa humana, arriscam-se a degenerar em odiosas formas de particularismo, susceptíveis de degenerar em guerra santa de extermínio. Vejam-se os Pogroons, as guerras religiosas, os expurgos políticos etc.

A pessoa humana como fundamento analítico é uma colocação que enseja o início das reflexões, pois uma abrangência tão ampla não tem poder de discriminar as especificidades do real.

O esforço de captação da dimensão universal do fenômeno de desigualdade nos remete ao estudo da questão do poder, a qual se faz presente em todas as formas de desigualdade. E as manifestações do poder, em algumas das suas formas singulares, guardam relação com as diferentes formulações de classe. Mas, convém ressaltar, somente em algumas de suas manifestações.

O poder, no sentido de manifestação de dominação, de causa eficiente de desigualdades, pode — à força de um reducionismo monista — ser descrito ou concebido como uma manifestação das forças econômicas expressas no Estado. Por esta via somos forçados a desconhecer as formas de dominação presentes nos microcosmos dos grupos primários e informais, como os grupos de rua, a família; ou no âmbito de organizações políticas de contestação do Estado, inclusive as de caráter libertário. Também é possível reduzirmos o poder a uma manifestação da propriedade. Nestes termos o dono da terra pode oprimir o parceleiro — e verdadeiramente o faz — mas o chefe (ou chefeão) da burocracia oficial, encastelado no poder político do Estado, jamais poderia fazê-lo. O ativista político, detentor do controle político da comunidade, jamais poderia oprimir, seja pelo patrulhamento, a “queimação” ou outro recurso. O intermediário entre o sagrado e o profano — sacerdote, pajé ou feiticeiro — jamais poderia oprimir com as armas do imaginário. Tampouco o amante, armado da mais intangível das formas de poder, jamais poderia dominar por chantagem sentimental. A pessoa mais forte fisicamente, ou associada a um grupo mais forte,

não poderia dominar, como sói acontecer nas guerras entre "gangs" de ruas. O saber não favoreceria o domínio dos seus detentores. Todas estas formas de dominação ou não são reconhecidas como tal, ou são consideradas irrelevantes, na ótica do reducionismo aludido.

A nossa percepção desta questão difere da concepção acima descrita. O poder se nos afigura como um polvo que se insinua por todas as instâncias das relações sociais, impregnando toda uma rede microfibrilar de dominação, a qual se confunde com a própria sociedade. Assim, a propriedade, o saber, a ação política (ainda que armada com um discurso libertário), os valores, as crenças, as convicções, o afeto, enfim, toda uma infinidade de manifestações sociais constituem matéria-prima do poder.

A concepção anterior, na qual o poder se restringe à manifestação do Estado, enseja uma atitude pela qual se pretende corrigir as injustiças sociais mediante a ação do Estado. Logo, tudo se resume a conquistar o Estado, o qual, uma vez nas mãos certas, passará a corrigir as injustiças sociais. Nesta mesma concepção incorrem formas verdadeiramente antípodas do pensamento político, o que nos leva à constatação da proximidade dos extremos.

A segunda concepção, na qual o poder não se limita a uma manifestação central corporificada no Estado — antes constituindo uma insidiosa rede microcapilar que envolve e impregna todos os recantos das relações sociais — enseja uma atitude política segundo a qual não cabe ao Estado reformar ou revolucionar a sociedade, mas esta àquele. Assim sendo não há a preocupação em tomar de assalto o Estado. E mais: compreende-se por esta via que o fenômeno sociedade é inseparável do fenômeno dissociedade (Kujawski, 1976, p. 31). Sendo que o fenômeno dissociedade tende a preponderar quando se exacerbam os particularismos (Kujawski, 1976, p. 32). Nisto o particularismo de classe é tão típico da tendência para a dissociedade quanto o particularismo de raça.

Ora, uma formulação relativa à educação, que se pretende ampla, ponderando problemas e soluções de problemas educacionais, exige, por certo, o pano de fundo de um projeto político. Ou pelo menos um pressuposto relativo à sociedade na qual ou para a qual se imagina a execução do desiderato educacional.

A sociedade é o resultado de sucessivas incorporações de unidades heterogêneas, desenvolvendo em seu seio novas diferenciações inclusive conflitantes entre si, porém articuladas em sociedade. Isto nos leva à percepção do conflito como uma realidade que convive dialeticamente com a cooperação.

A instabilidade e a transitoriedade de interesses conjunturais enseja um movimento constante de interpretação e reinterpretação destes mesmos interesses. Isto nos afasta dos esquemas prévios e definidos de explicação da realidade, tão ao gosto das vulgarizações das análises sociológicas.

Nesta perspectiva já não se percebe o Estado como braço executor de uma única classe dominante. Mas como o resultado de tão múltiplas parcialidades que se torna impossível uma explicação maniqueísta própria dos esquemas categorias dicotômicos. Nesta perspectiva não há lugar para os projetos de engenharia social. Não há o que se deseja é a pluralidade étnica, política, confessional, ocupacional, comportamental, educacional, ideológica etc. Certamente que para tanto as classes serão ponderadas, porém, não se ocorrerá no reducionismo de classe.

A nossa recusa à adoção de qualquer reducionismo repousa no pressuposto ontológico segundo o qual o ser não tem uma essência em si, como ente enquanto ente, mas tem a sua identidade formada na relacionalidade. Isto é: os seres não têm uma identidade baseada numa essência que uma vez desvendada nos permitiria enquadrá-los em categorias e explicações duradouras de generalidades nomológica, susceptível de análises que dispensam especificações e variações nos constructos teóricos (Bacelar, 1984).

A nossa recusa às explicações prévias codificadas como saber sob a forma de leis disciplinadoras da realidade social e da história, se deve a uma percepção que pode ser expressa pelo excerto que se segue: "como poderia ser estabelecido conclusivamente (...) leis gerais de uma realidade vista de um ângulo de uma filosofia da mudança que pressupõe a convicção (...) de haver sempre algo de novo sob o sol?" (Konder, 1988, p. 13).

Finalmente queremos destacar a nossa preocupação com a fundamentação do pensar. Em que e como devemos fundamentar nossas reflexões no campo do pensar sociológico? A razão, o juízo valorativo e faticidade dos fenômenos sociais devem embasar a imaginação sociológica. Sobre a razão e a percepção da realidade expressamos em rápidas pinceladas algumas considerações pertinentes a um mínimo de rigor relativamente a estes aspectos. Resta-nos considerar a questão valorativa subjacente ao pensar sociológico.

O pensar sociológico começa e termina pautado por questões valorativas. O homem é o objeto do pensar em apreço. E nenhuma formulação pertinente ao homem escapa ao problema valorativo.

As injustiças, a violência, a indignidade das condições de vida de muitos — e mesmo que fosse de poucos — não pode ser objeto

de cogitações que ignorem o enorme problema valorativo, ou mais especificamente, o enorme problema ético ligado a esta situação e às formulações que a ela se referem.

Assusta-nos, porém, a possibilidade do problema ético se transformar numa palavra mágica capaz de legitimar as formulações sócio-políticas sem outro fundamento; assusta-nos a possibilidade da louvável indignação diante da miséria — mais que louvável, necessária à preservação da dignidade humana — ser tomada como salvo-conduto a todas as formulações equivocadas, inconseqüentes e liberticidas, pois “o conformismo é desafiado a se exercer na direção certa; o comportamento individual do rebelde é chamado a se concretizar no plano social. E essa concretização envolve questões que não se resolvem no nível da rebeldia e obrigam o rebelde a tentar aprofundar em termos conseqüentes à negação do presente” (Konder, 1988, p. 21).

O costume de incluir, nas formulações teóricas relativas aos problemas sociais, declarações de boas intenções, de compromisso com a justiça, ou como costuma ser posto, com os injustiçados, poderá produzir efeitos muito saudáveis na formação intelectual dos jovens universitários. Aliás, a prática de reiterar, para fins de reforço, a adesão às virtudes é consagrada pelos rituais religiosos. E as atividades seculares têm muito de rito. Desde que tal prática não se preste à dissimulação de inconsistências teóricas, não se transforme em libelo apontado contra todo pensamento diferente, se transformando em instrumento inquisitorial, por imputação implícita ou explícita de falta de ética; não sacralize discursos, feitas estas ressalvas, a preocupação com a ética do pensar sociológico é uma boa prática. O pensamento político tem, inevitavelmente, uma dimensão ética, por tratar-se de elaboração pertinente ao homem. As nossas reservas se prendem ao que foi descrito como uma situação na qual “uns praticam o ascetismo, outros a licenciosidade, todos a confusão” (Borges, *in* Konder, 1988, p. 50).

Além disso, também nos preocupa a possibilidade de uma recaída no idealismo mais ingênuo para o qual os valores, a ética, a moral se constituem na alavanca, por si só, capaz de mover a sociedade e fazer a história. Esta seria a recaída no mais ingênuo utopismo.

3. CONCLUSÕES

Pensar sociologicamente a educação requer a explicitação dos nossos pressupostos epistemológicos; da nossa perspectiva histórica; dos limites que demarcam nossos conceitos fundamentais; das

nossas reduções metodológicas. Ou seja: pensar sociologicamente exige um mínimo de rigor. Não basta que invoquemos os mais altos valores; não basta esgrimirmos categorias conceituais consagradas na análise sociológica; não bastam as boas intenções.

O fenômeno educacional, por sua complexidade e amplitude, não cabe em esquemas teóricos monistas, os quais tendem a reduzi-lo a um reflexo ou a uma dimensão exaurível por uma única categoria conceitual fundamental.

Pensar o nosso problema educacional exige o uso de um amplo e diversificado arsenal teórico categorial. Para começar exige a consideração de que a educação trata de seres humanos. E a condição humana nos remete a todo um universo de considerações relativas aos direitos e à dignidade da pessoa; ao pressuposto de homem enquanto ser irredutível a fórmulas e definições generalizadoras.

Por outro lado, a educação de que tratamos se prender a latino-americanos, brasileiros, nordestinos, integrados nas populações rurais ou urbanas, inseridas em diferentes agrupamentos sociais — inclusive aqueles expressos nos diferentes agrupamentos sociais — sofrendo injunções decorrentes do sexo, idade, confissão religiosa, cor, renda, ocupação e muitos outros fatores.

Tudo isso deve ser considerado. E qualquer destes aspectos pode ser estudado especificamente, numa redução metódica. Mas redução metódica não é reducionismo. Este último consiste em considerar fundamental um aspecto da realidade, minimizando os demais como subordinados ou epifenomenais.

O estatuto epistêmico que presidir as cogitações em apreço, deve ser adequado ao trato dos problemas pertinentes às relações entre sujeito e objeto do conhecimento, para que não se incorra no equívoco de supor que alguma prática é critério de verdade.

O Estatuto ôntico, por sua vez, se define pela relacionalidade, pressuposto que inviabiliza a utilização genérica — e portanto apriorística — de qualquer formulação teórica como unidade fundamental de análise, inclusive classe. Pelo contrário: enseja o desenvolvimento de um conhecimento processual, aberto às singularidades do objeto e, principalmente, da relação deste com o sujeito.

Finalmente, vale ressaltar que a preocupação com a questão relativa ao poder é indispensável a uma análise relativa ao problema da educação, em qualquer formulação, inclusive na formulação referente às classes populares. A questão do poder é indiscutivelmente um dos aspectos mais importantes na análise sociológica. E as concepções de classe estão indissolivelmente ligadas a este aspecto. Não obstante a questão do poder não se restringe às clas-

ses, conforme o excerto que se segue: “desta forma, classes, esta-
mentos, e partidos são fenômenos da distribuição de poder dentro
de uma comunidade.” (Weber, s/d, p. 212). Temos as classes pos-
tas como um, dentre tantos fatores ligados à distribuição do poder.

Em outras palavras:

1. Classes não são “categorias concretas”, mas constructos
teóricos produzidos por estudiosos.

2. O uso de classe como fundamento analítico se subordina
às variáveis segregadas no âmbito da demarcação estabelecida para
a citada categoria, restringindo-se aos fenômenos relativamente aos
quais tais variáveis sejam relevantes. Ainda assim — por força da
inexaurível riqueza do real — requererá o concurso de outras cate-
gorias.

3. Por força do exposto acima é imperativo explicitar os cri-
térios de demarcação de classe adotado no estudo.

4. Para resguardar a coerência epistemológica e gnosiológica
do estudo deverão ser explicitados os pressupostos teóricos nestes
campos.

5. As questões relativas à problemática do poder e das desi-
gualdades não se reduzem às questões de classe.

6. Desigualdades sociais, injustiças, problemas educacionais ou
qualquer outra análise sociológica, quer tenha como preocupação
central as classes ou não, terá que se haver com questões de ética.
Não obstante, a ética não poderá ser invocada para salvar formu-
lações inconsistentes, nem para condenar formulações divergentes.
Antes do julgamento ético deve prevalecer a análise rigorosa.

4. BIBLIOGRAFIA

1. AUGRAS, M. *Opinião Pública. Teoria e Pesquisa*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.
2. BACHELARD, G. *A Epistemologia*, Ed. 70, Lisboa, 1984.
3. CARDOSO, F.H. *As Idéias e o Seu Lugar*, in Cadernos CEBRAP, n.º 33, 1980.
4. CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
5. COTRIM, G. *Fundamentos da Filosofia*, Ed. Saraiva, São Paulo, 1986.
6. DALLEN, D. *Understanding Educational Research*, MacGraw Hill, N. York, 1962.
7. DEMO, P. *Intelectuais e Vivaldinos*. São Paulo, Almed, 1982.
8. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FGV, Rio de Janeiro, 1986.

9. DIJLAS, N. *A Nova Classe*, Círculo do Livro. Rio de Janeiro, s/d.
10. DURHAM, R. E. *Movimentos Sociais. A Construção da Cidadania*, in *Novos Estudos*, n.º 10, out. 1984.
11. FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*, 2. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.
12. IANI, O. *Teorias de Estratificação Social*. Ed. Nacional, S. Paulo, 1978.
13. KONDER, L. *A Derrota da Dialética*, Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1978.
14. KUJAWSKY, G.M. *O Projeto Político*. Vozes, Petrópolis, 1976.
15. LEBRUN, G. *O Que é Poder*, 2. e., Ed., Brasiliense, S. Paulo, 1981.
16. LEITE, D.M. *O Caráter Nacional Brasileiro — História de uma Ideologia*, Livraria Pioneira, S. Paulo, 1983.
17. LENIN, V. I. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. Global Ed. S. Paulo, 1981.
18. LIMA, L. O. *Os Mecanismos da Liberdade. Microsociologia*. Ed. Polis, S. Paulo, 1980.
19. MARX, K. *As Lutas de Classe em França*, Ed. Avante, Lisboa 1984.
20. ————. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Ed. Avante, Lisboa, 1984.
21. ORWELL, G. *A Revolução dos Bichos*. Ed. Globo, 26 ed., Rio de Janeiro, 1987.
22. RIBEIRO, D. *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1983.
23. SANTOS, T. dos. *Conceito de Classes Sociais*. Vozes, Petrópolis, 1983.
24. SOUTO, C. & SOUTO, S. *A Explicação Sociológica*. E.P.U., São Paulo, 1985.
25. WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, s/d.

ABSTRACT

Ethics and Psychology: a critique of the psychological theory and practice.

The article presents a critical critique of the Psychology, while theory and practice. The abstract is considered as a moral science, in opposition to the traditional philosophical-doctrinal shape. The psychology is criticized in its epistemological breaking up. This analysis presents for the Psychology, as practice, application or profession, in its social function.